



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

CENÁRIOS DE DESIGUALDADES TERRITORIAIS NO BRASIL: Um estudo sobre a Baixada Fluminense (RJ)

Autores:

Patricia Cipriano Barcellos da Silva - UFRRJ - patriciabarcellosrj@hotmail.com

Raul Rosa de Oliveira Junior - UFRRJ - raul-27-@hotmail.com

Marcio Silva Borges - UFRRJ - msborges@hotmail.com

Resumo:

Considerando que o território é dotado de diferentes aspectos sociais que permeiam a vida urbana, o texto que segue permite a compreensão sobre as classes sociais no Brasil e as escalas que provocam a desigualdade neste território. O caso de estudo é a Baixada Fluminense, localizada no estado do Rio de Janeiro. O artigo tem como objetivo refletir sobre questões atreladas ao desenvolvimento social do território da Baixada, a fim de minimizar a distância social entre os municípios que compõem a Baixada e a região central do estado. Para tanto, foi utilizada abordagem teórica de conceitos sobre o território e desigualdades sociais. A partir disso, é importante entender como ocorre o crescimento e desenvolvimento da região, abrindo um leque para discussões com o intuito de propiciar justiça social.

CENÁRIOS DE DESIGUALDADES TERRITORIAIS NO BRASIL: Um estudo sobre a Baixada Fluminense (RJ)

CENÁRIOS DE DESIGUALDADES TERRITORIAIS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE (RJ)

RESUMO: Considerando que o território é dotado de diferentes aspectos sociais que permeiam a vida urbana, o texto que segue permite a compreensão sobre as classes sociais no Brasil e as escalas que provocam a desigualdade neste território. O caso de estudo é a Baixada Fluminense, localizada no estado do Rio de Janeiro. O artigo tem como objetivo refletir sobre questões atreladas ao desenvolvimento social do território da Baixada, a fim de minimizar a distância social entre os municípios que compõem a Baixada e a região central do estado. Para tanto, foi utilizada abordagem teórica de conceitos sobre o território e desigualdades sociais. A partir disso, é importante entender como ocorre o crescimento e desenvolvimento da região, abrindo um leque para discussões com o intuito de propiciar justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Baixada Fluminense; Classe social; Desigualdade; Território.

ABSTRACT: Considering that the territory is endowed with different social aspects that permeate the urban life, the text that follows allows the understanding on the social classes in Brazil and the scales that provoke the inequality in this territory. The case study is Baixada Fluminense, located in the state of Rio de Janeiro. The article aims to reflect on issues linked to the social development of the territory of Baixada, in order to minimize the social distance between the municipalities that make up the Baixada and the central region of the state. For that, a theoretical approach of concepts about the territory and social inequalities was used. From this, it is important to understand how the growth and development of the region occurs, opening a range for discussions with the aim of providing social justice.

Keywords: Baixada Fluminense; Social class; Inequality; Territory

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma reflexão sobre o desenvolvimento e as possíveis desigualdades frente à dinâmica territorial dos municípios concentrados na Baixada Fluminense em relação a capital do estado e do Brasil como um todo. A Baixada Fluminense I possui 13% da população total do estado do Rio de Janeiro (RJ) e são representadas pelos municípios de Belford Roxo, Itaguaí, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e Seropédica; e a Baixada Fluminense II, 10%, aos quais são representados pelos municípios Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, e São João de Meriti. A densidade demográfica dessas regiões é a maior do estado, inferior apenas à da cidade do Rio de Janeiro (5.266 hab/km²), como mostram os dados da tabela 1.

As desigualdades sociais compreendidas nos territórios que configuram a Baixada percorrem desde sua criação, pois até poucas décadas atrás a região não possuía estruturas básicas de desenvolvimento tendo em vista as dificuldades de acesso dificultando a mobilidade com relação às regiões próximas ao território, problemas básicos de saneamento, violência urbana entre outros. De acordo com Ribeiro (1999, p.18) “a década de 80 é marcada pelo empobrecimento e aumento da desigualdade de renda na metrópole fluminense, onde foi particularmente dramático o impacto negativo da crise econômica nacional”.

Percebe-se ao longo dos anos que a desigualdade regional no território é intrínseca à sua origem, o acesso aos bens e consumo, a ocupação do espaço é distribuída de maneira injusta entre os atores sociais que vivem neste território. É notório que os principais esforços para investimentos urbanos e infraestrutura concentram-se nos centros e cartões postais da cidade, fazendo com que conseqüentemente a baixada careça com faltas de recursos principalmente nas áreas de mobilidade urbana, saneamento básico, acesso a escolas públicas de qualidade e segurança que agravam ainda mais a injustiça nestas regiões.

O cenário descrito é marcado pela escassez de políticas públicas em prol das classes e regiões menos favorecidas da sociedade, o que provoca a “exclusão territorial”. Essas constatações sociais configuram a dinâmica entre a relação do território e a justiça social. Neste sentido, Ribeiro (2002), salienta que:

“A hierarquia socioespacial da metrópole fluminense é bastante clássica. O núcleo é formado pelas zonas litorâneas dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, onde estão concentrados os segmentos superiores da estrutura social, devido à concentração nessas áreas de equipamentos e serviços urbanos em quantidade e qualidade, que tornam possível o desfrute de qualidade de vida bem superior ao verificado no restante da metrópole. Acrescente-se ainda o alto valor cultural atribuído às amenidades naturais relacionadas com a proximidade da praia e das áreas verdes que conformam a área litorânea. A partir desse centro, cria-se um gradiente de distâncias sociais até as periferias da cidade do Rio de Janeiro e da metrópole fluminense”. (RIBEIRO, 2002, p. 84).

Desta maneira com este artigo, pretende-se refletir sobre questões atreladas ao desenvolvimento social do território da baixada fluminense, onde se entende que todos

independente de classe social, devem receber um tratamento justo e igual em relação a acessos, moradia, dignidade humana e desenvolvimento.

Tabela 1 - População, área total e densidade demográfica: estado do rio de janeiro, Baixada Fluminense I e II.

	POPULAÇÃO	ÁREA (KM²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB /KM²)
Estado do Rio de Janeiro	15.989.929	43.780	365
Baixada Fluminense I e II	3.651.771	2.807	1.301
Baixada Fluminense I	2.059.245	1.555	1.325
Belford Roxo	469.332	78	6.031
Itaguaí	109.091	276	395
Japeri	95.492	82	1.166
Mesquita	168.376	39	4.310
Nilópolis	157.425	19	8.118
Nova Iguaçu	796.257	521	1.528
Paracambi	47.124	180	262
Queimados	137.962	76	1.823
Seropédica	78.186	284	276
Baixada Fluminense II	1.592.526	1.252	1.272
Duque de Caxias	855.048	468	1.829
Guapimirim	51.483	361	143
Magé	227.322	389	585
São João de Meriti	458.673	35	13.025

Fonte: IETS, com base nos dados do Censo/IBGE (2010).

Sendo assim, o artigo está estruturado da seguinte forma. Inicialmente é apresentada essa introdução. A seguir, é realizada uma reflexão sobre as classes sociais e a desigualdade no Brasil e posteriormente, a construção socioterritorial e as instâncias do território em análise, incluindo suas transformações. Em sequência, os aspectos metodológicos e os resultados esperados, seguido das considerações finais e as referências bibliográficas.

2. CLASSES SOCIAIS E A DESIGUALDADE NO BRASIL

Buscando o aprofundamento de uma abordagem teórica de conceitos sobre classes sociais e os fatores que causam desigualdades, expõe-se a seguir a discussão de alguns autores com a finalidade de trazer uma reflexão e aprofundamento do tema. É possível identificar a correlação de interesses que se cria a partir das análises feitas abaixo.

Para analisar as classes sociais no Brasil usaremos dois autores: Florestan Fernandes (1973) e Jessé de Souza (2003). O primeiro analisa as classes sociais na América Latina, enquanto, o segundo, procura se concentrar no Brasil, porém, ambos são igualmente importantes para entendermos o objeto estudado.

Fernandes (1973) associa a formações de classes na América Latina com a forma de evolução do capitalismo na região, para ele o fato de haver uma dependência do capitalismo local em relação ao desenvolvimento do capitalismo europeu e norte americano torna as definições de classes sociais diferentes.

O autor indaga em sua obra se há de fato classes sociais na América Latina, para ele há sim classes sociais na América Latina, porém, a contextualização local tenta abafar a divisão de sociedade em classes. Florestan (1973) argumenta que o modo como o capitalismo floresceu no continente tornou as classes sociais abafadas ideologicamente, conforme podemos observar a seguir:

“Por mais que esses dois aspectos pareçam contraditórios e exclusivos, ambos se explicam pela mesma causa: o modo pelo qual o capitalismo se institucionalizou, difundiu-se e desenvolveu-se na América Latina. A expansão do capitalismo atingiu, em todos os países (embora em extensão e com intensidade variáveis), proporções suficientes para fazer da ordenação em classes sociais o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária. Ao mesmo tempo, porém, a referida expansão do capitalismo ajustou-se, de maneira variável, mas geral, as condições externas e internas que restringiram ou entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalista, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais”. (FERNANDES, 1973, p. 39)

Portanto, o autor entende que as classes se organizam por alguns elementos fundadores como “as bases perceptivas e cognitivas das atitudes e comportamentos de classe; o de conteúdos e orientações da consciência e relações de classes; e o da diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si” (FLORESTAN, p. 39). O que torna claro que não podemos nos furtar a uma classificação simplista de classe como a adotada com apenas uma distribuição de renda.

Jessé de Souza (2003), por seu turno, também rebate a questão economicista de classe, o autor argumenta que é necessário observar os fatores externos a questão econômica nas distribuições das classes sociais. Conforme podemos observar:

A alusão à classe social já carrega em si uma determinação “econômica” do pertencimento de classe, como se fosse determinado pela “renda” dos indivíduos. Ao amesquinhar, desse modo grosseiro, a dinâmica do pertencimento de classe, passa a ser evidente que toda determinação não-econômica, seja ela cultural ou simbólica, seja percebida como “não-classista”. (SOUZA, 2003 p. 72)

O autor analisa uma justaposição contrária a essa questão economicista, trazendo o elemento sociocultural de Bourdieu para definição de classes. Nesse contexto há o argumento de que a “consciência de classe” de Marx é substituída por “inconsciência de classe” própria de Bourdieu, fator que explica por que as noções de classe passam a ser ocultadas dos debates sobre estratificação social.

O autor se refere à noção de *habitus* para a distribuição de classes, ou seja, um conjunto de elementos culturais como o modo de se vestir ou se dirigir às pessoas são fatores fundamentais de aceitação por parte dos indivíduos de um grupo. Uma forma de homogeneização e identificação entre os indivíduos daquela classe.

Porém, Jessé de Souza (2003) conclui que o elemento etno-racial torna-se mais relevante no debate de divisão social do que o elemento classe. Tendo em vista que a tendência social é de “inconsciência de classes”.

Mas as raças são as principais formas de ocultação da consciência de classe na população brasileira. Para o autor, o preconceito contra raças que se tornam marginalizadas faz parte da manutenção de um *habitus* precário. Nesse sentido:

“Este ponto é central, posto que, se é a reprodução de um *habitus* precário a causa última da inadaptação e marginalização desses grupos, como o próprio Florestan parece acreditar, pelo menos na parte inicial de seu livro, não é “meramente a cor da pele” como certas tendências empiricistas acerca da desigualdade brasileira tendem, hoje, a interpretar. Se há preconceito neste terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e violento, não é antes tudo um preconceito de cor, mas

sim um preconceito que se refere a certo tipo de “personalidade”, ou seja, de um *habitus* específico”. (SOUZA, 2003, p. 85)

A questão de gênero para o autor tem o mesmo sentido:

“Nosso caminho até aqui nos permite agora perceber que a hierarquia moral inscrustada na dinâmica institucional do capitalismo, baseada, como vimos, na oposição mente/corpo, não determina e legitima simplesmente o preconceito e a desigualdade de classe através da oposição entre trabalho intelectual e manual. Ela comanda todas as classificações e distinções sociais no contexto da legitimação impessoal e opaca do capitalismo. Também a oposição entre os gêneros segue o mesmo padrão da discriminação de classe. O homem é definido como superior em relação à mulher por ser visto como portador das virtudes intelectuais e morais superiores que caracterizam o domínio da mente ou alma sobre as necessidades animais inferiores típicas da corporalidade”. (SOUZA, 2003, p. 85)

Posição divergente, por exemplo de Rawls (1997, p. 88) que salienta que “as desigualdades econômicas e sociais devem ser ordenadas de modo a serem ao mesmo tempo para maior benefício esperado dos menos favorecidos e vinculadas a cargos e posições abertos a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades”. Para o autor, a aplicação desse conceito traria justiça social, seguindo um modelo de justiça onde todos possam ter liberdades iguais e tenham direitos e deveres, onde todos se beneficiam. Não levando em consideração elementos como raça, etnia e gênero na possibilidade de alcançar a equidade social.

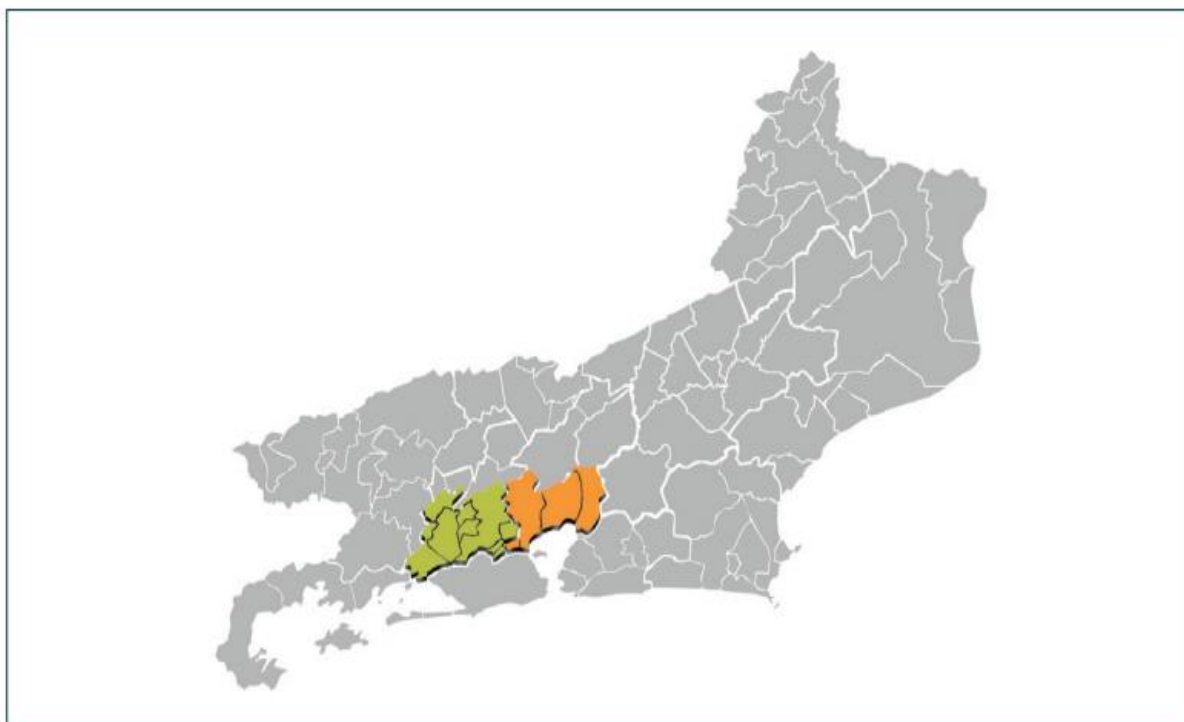
Portanto, como podemos perceber a questão de classes em Jessé de Souza (2003), vai além de uma simples compreensão de renda, mas sim passa pela distribuição do trabalho, raça e gênero, tudo isso para chegar à conclusão que é o *habitus* superior que a sociedade considera como hegemônico em uma dada sociedade o que torna os outros *habitus* marginalizados e excluídos.

3. A CONSTRUÇÃO SOCIOTERRITORIAL

O ponto de partida para se analisar um território é através de sua vasta pluralidade, pois um território não pode ser caracterizado de maneira dissociada. Ele é constituído por costumes e tradições que resultam em sua cultura, remetendo-se a memória e expressando valores. Segundo Cabral (2007), o espaço territorial pode ser visto como uma complexa composição de formas, sentidos, atividades e contextos, ou seja, o território é o produto da ação do homem, são símbolos que nos contam uma história. A partir desta compreensão, estabelece-se um o caminho para configurar o desenvolvimento de uma cidade através dos

conjuntos de atores econômicos e institucionais que articulam no território, assumindo papéis relevantes na construção da cidade, promovendo cidadania, igualdade e dignidade.

3.1 Território em análise



Fonte: Sebrae/RJ (2016)- Mapa do Rio de Janeiro

Retomando o objeto de estudo, o território em destaque apresentado pela figura acima, destaca a Baixada I em verde e a Baixada II em laranja. A fim de examinar questões referentes ao índice de desenvolvimento humano, renda, longevidade e educação, as tabelas 2 e 3 apresentam a disparidade dos municípios concentrados na região da Baixada Fluminense em comparação com a cidade do Rio de Janeiro e a média nacional. Os resultados apontam um desnível socioterritorial.

De acordo com Rodrigues (2007, p. 75), a desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão de causas e conteúdo de crises, problemas, contradições, conflitos não é explicitada o que dificulta entender a complexidade da produção, consumo do e no espaço.

Tabela 2 - Ranking do IDHM, renda, longevidade e educação em 2010: Brasil, estado do Rio de Janeiro e municípios.

Espacialidades	IDHM 2010	IDHM RENDA 2010	IDHM LONGEVIDADE 2010	IDHM EDUCAÇÃO 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Rio de Janeiro	0,799	0,840	0,845	0,719
Nilópolis (RJ)	0,753	0,731	0,817	0,716
Mesquita (RJ)	0,737	0,704	0,839	0,678
Paracambi (RJ)	0,720	0,689	0,812	0,666
São João de Meriti(RJ)	0,719	0,693	0,831	0,646
Itaguaí (RJ)	0,715	0,703	0,814	0,638
Nova Iguaçu (RJ)	0,713	0,691	0,818	0,641
Seropédica (RJ)	0,713	0,695	0,805	0,648
Duque de Caxias (RJ)	0,711	0,692	0,833	0,624
Magé (RJ)	0,709	0,685	0,832	0,626
Belford Roxo (RJ)	0,684	0,662	0,808	0,598
Queimados (RJ)	0,680	0,659	0,810	0,589
Japeri (RJ)	0,659	0,637	0,809	0,555

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do “Atlas do Desenvolvimento no Brasil” (2018)

Ao analisar as tabelas 2 e 3 é possível perceber que há um elevado índice de desigualdades em comparação aos dados obtidos na cidade do Rio de Janeiro. O estado do Rio de Janeiro apresenta também melhores indicadores de pobreza e renda do que as regiões da Baixada já que conta com renda domiciliar per capita mais elevados e menor percentual de pobres. A concentração da população considerada pobre ou extremamente pobre reside nos municípios da Baixada Fluminense. A hierarquia é nítida, os investimentos do estado ficam a disposição dos grandes centros, nessas áreas há prestação de serviços e qualidade de vida, diferente do que ocorre na baixada.

Tabela 3 – Ranking referente à riqueza, pobreza e renda per capita em 2010: Brasil, estado do Rio de Janeiro e municípios.

Espacialidades	Razão 20% mais ricos / 40 % mais pobres 2010	Razão 10% mais ricos / 40 % mais pobres 2010	Renda Per Capita 2010	% de extremamente pobres 2010	% de pobres 2010
Brasil	14,83	22,78	793,87	6,62	15,20
Rio de Janeiro	17,00	25,82	1.492,63	1,25	5,01
Belford Roxo (RJ)	6,36	8,50	491,51	3,31	1,55
Duque de Caxias (RJ)	7,31	9,99	592,81	2,83	9,88
Guapimirim (RJ)	8,64	12,80	594,06	3,28	10,48
Itaguaí (RJ)	7,83	11,02	635,50	2,85	8,95
Japeri (RJ)	6,07	8,11	420,15	4,09	14,19
Magé (RJ)	8,25	11,89	567,59	4,55	12,19
Mesquita (RJ)	7,83	10,62	640,37	2,73	9,13
Nilópolis (RJ)	7,33	10,10	755,26	1,09	5,15
Nova Iguaçu (RJ)	8,12	11,36	591,00	3,38	10,56
Paracambi (RJ)	7,03	9,61	580,49	3,71	9,53
Queimados (RJ)	6,56	8,75	484,40	3,89	12,92
São João de Meriti (RJ)	6,71	9,01	597,57	2,01	7,91
Seropédica (RJ)	7,89	11,06	604,82	2,99	9,95

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do “Atlas do Desenvolvimento no Brasil” (2018)

No entanto é importante ressaltar que diversos fatores provocam ou não desenvolvimento de uma determinada cidade. Fatores como industrialização, recursos naturais, urbanização, cultura, violência, segurança, saúde, entre outros, são aspectos a serem considerados. As escalas são representadas em cada um destes segmentos da sociedade como ponto de partida ao processo de desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, conceituar as desigualdades no território sugere entender a importância da construção de políticas públicas eficazes interagindo em todas as esferas da sociedade como no acesso à moradia, educação, cultura, mobilidade urbana, através de participação, mobilização, transparência, avaliação, construção de indicadores em prol do

desenvolvimento local considerando a realidade do município a fim de minimizar os níveis de desigualdades sociais.

Cabe aqui argumentar que visivelmente há no território uma precarização de políticas públicas, que se aplicadas em consonância com a realidade, impulsiona a economia local levando em consideração a quantidade de recursos disponíveis.

Portanto, analisando os fatos mencionados, (Endlich, 2012) sistematiza que a apropriação efetiva do espaço local é condição fundamental para a sociedade atuar em outras escalas, como forma de resistência, em um momento em que a acumulação capitalista e sua institucionalização política adquirem um ponto inédito de controle e comando dos espaços e de suas respectivas sociedades.

3.2. Transformações territoriais na Baixada Fluminense

Para entendermos o perfil de desigualdade da região analisada, é fundamental que entendamos o seu desenvolvimento e, em especial, o desenvolvimento econômico que deu base a construção do local e os caminhos que levaram a atual situação de desigualdade. Para isso nos debruçaremos neste tópico sobre a relação de modelos econômicos com o desenvolvimento da Baixada Fluminense.

O primeiro momento que vamos destacar nesse processo de transformação da região da Baixada Fluminense é o de transição de uma economia majoritariamente rural para a urbanização do território. Esse período teve início juntamente com a chegada ao poder do Presidente Getúlio Vargas. O período Vargas dá início a um processo de industrialização e de crescimento urbano acelerado, política continuada pelos governos que viriam suceder a Getúlio Vargas no período democrático e que só encontraria um freio com a ascensão dos governos militares, era o período do nacional estatismo baseado na industrialização com viés de substituição de importações (GIAMBIAGI, 2013, p. 21).

A Baixada Fluminense nesse período foi palco do início de uma urbanização acelerada e incorporação de seu território à metrópole fluminense, até então, distrito federal e abarcou por um período de tempo tanto regiões urbanas periféricas, quanto regiões rurais, conforme explica Silva (2017):

“Se a política formal estava nas mãos dos citricultores e a principal atividade econômica era aquela voltada para a cultura da laranja, a primeira vista poderia se pensar que todo o município vivia em torno da pomicultura, certo? Errado. Ainda que a agricultura fosse a principal atividade econômica da região, outro processo estava em curso e disputava com a laranja o território municipal. Essa concorrência potencializou a emancipação dos distritos de Duque de Caxias e Nilópolis, em 1943 e 1947 respectivamente. Ao contrário do que a historiografia generaliza, não foi um processo linear, ou seja, direto da “laranja ao lote”

em todo o município, pois em diversas localidades ocorriam dinâmicas diferentes daquelas engendradas pela citricultura, somente tendo isto em vista é possível dimensionar as formas de ocupação urbana na Baixada Fluminense.” (SILVA, 2017, p.8)

Nesse período, é importante destacarmos outros dois importantes acontecimentos que foram a criação da Petrobrás em 1953, devido “as recorrentes dificuldades de abastecimento de petróleo e derivados só fizeram reforçar o grupo dos que identificavam o setor petrolífero como de caráter estratégico para a economia e soberania do país” (GIAMBIAGI, 2013, p. 11), que impactou diretamente a região de estudo, pois, a maior refinaria de petróleo foi implantada onde hoje é o município de Duque de Caxias, no ano de 1961¹, modificando significativamente a economia e a relação de emprego do local onde é atualmente situada e a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, que transforma o município do Rio de Janeiro, agora chamado de estado da Guanabara, em 1960.

Os governos militares que sucederam esse período marcaram a região como o período do fim do ciclo da agricultura e a predominância da economia urbana. Trata-se da consolidação da Baixada Fluminense como periferia urbana da cidade do Rio de Janeiro, conforme podemos observar na pesquisa a seguir:

“A Baixada Fluminense emerge discursivamente como um lugar apto a ser apropriado urbanamente pela Cidade do Rio de Janeiro. Soares quando em 1962 estuda Nova Iguaçu, pensa a região como uma célula urbana a ser absorvida pela metrópole, mas de forma subalterna como subúrbio periférico”. (SILVA, 2013, p.57).

Portanto, podemos observar que a construção da Baixada Fluminense enquanto território encarou um ciclo de disputas entre os setores que tinham interesse na exploração da economia agrícola e dos setores mais interessados em expandir as fronteiras urbanas da metrópole do Rio de Janeiro. Todo esse turbulento período de modificação levou a desestruturação da economia agrícola e a predominância da periferização da Baixada Fluminense, levando a região a uma profunda desigualdade sócio econômica.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS ESPERADOS

Para estudo foram considerados indicadores sociais e econômicos dos municípios pertencentes à Baixada Fluminense do Rio de Janeiro em comparação com a média nacional e a capital do estado, tais indicadores tiveram como base o último ano de análise, o ano de 2010. Optou-se, como caminho metodológico, de análise de fontes de pesquisa como, por

¹ Informações disponíveis em < <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>> consultado em 05/11/2018

exemplo, sites e livros que falam sobre a construção do território do Rio de Janeiro e outros documentos que relatam o contexto urbano da localidade. Foram utilizados também dados secundários do IBGE.

O resultado demonstra quais são as escalas que provocam as desigualdades sociais no território, possibilitando a compreensão de como os moradores que vivem na localidade são diretamente afetados, abrindo um leque para discussões contribuindo para melhoria das regiões localizadas na Baixada, com o propósito de evitar desníveis de desenvolvimento, considerando a participação de múltiplos atores de influência social, promovendo a diversidade e amenizando a desigualdades sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão sobre as desigualdades sociais no território permite maior clareza sobre sua multidimensionalidade, além de um olhar apurado entre os diferentes atores sociais que resignificam a vida urbana. Da mesma forma, quando analisamos a conjuntura da formação e a importância dos estudos sobre as classes sociais, é visto que as classes compõem o território de maneira tal que formam e caracterizam sua identidade, com isso, é possível corroborar com a compreensão de que um território é composto por diferentes classes e agentes sociais.

Com objetivo de refletir sobre questões atreladas ao desenvolvimento social, o artigo mostrou que o território correspondente a Baixada Fluminense é um exemplo da pluralidade de desníveis sociais que permeiam o estado do Rio de Janeiro. A construção do território é marcada por desigualdades, escassez de políticas públicas específicas, disparidades econômicas e setoriais entre outros aqui analisados. Por isso, é imprescindível que haja um olhar mais apurado especificamente aos anseios da sociedade em questão com o intuito de alcançar um país socialmente mais justo.

No entanto, o que se percebe na realidade são políticas que contradizem com a real necessidade do local. Tais precarizações de políticas públicas, que se aplicadas em consonância com a realidade dos municípios, impulsionaria a economia levando em consideração a quantidade de recursos disponíveis e a importância de políticas públicas setoriais.

Por fim, releva-se a importância de estudos e análises sobre território com objetivo de entender o gênese da desigualdade espacial de um território complexo como o da Baixada Fluminense, para que as políticas públicas sejam adequadas ao território e assim tenham maior efetividade.

REFERÊNCIAS

ATLAS Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>>. Acesso: 01 ago. de 2018.

CABRAL, L.O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território sob uma perspectiva geográfica. In Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, Abril e Outubro de 2007.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Entre Laranja e Gente: notas preliminares sobre urbanização na Baixada Fluminense (1910/40). 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessesos_Tematicas/ST%207/ST%207.7/ST%207.7-03.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1973.

GIAMBIAGI, Fabio. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: 1945- 2010 / [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. – Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2011.

PORTAL do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

PORTAL DA PETROBRÁS. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (p. 57-126).

RIBEIRO, L.C.Q. Cidade desigual ou cidade partida? tendências da metrópole do Rio de Janeiro. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE), Rio de Janeiro, p. 18, mai, 1999.

RIBEIRO, L.C.Q. Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. CADERNOS IPPUR. Ano XV, No 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002, p. 84.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. CIDADES, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p.47-65, dez. 2013.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. Entre Laranja e Gente: notas preliminares sobre urbanização na Baixada Fluminense (1910/40) – ENANPUR, 2017

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.